



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL

JANAINA DA SILVA DINIZ

**A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE SOBRE ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS DE SOUSA-PB**

SOUSA-PB  
2015

JANAINA DA SILVA DINIZ

**A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE SOBRE ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS DE SOUSA-PB**

Monografia apresentada ao departamento de graduação da  
Universidade Federal de Campina Grande, Campus de  
Sousa-PB, como requisito para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Luan Gomes dos Santos de Oliveira

SOUSA-PB  
2015

JANAINA DA SILVA DINIZ

**A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE SOBRE ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS DE SOUSA-PB**

Monografia apresentada ao departamento de graduação da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa-PB, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Luan Gomes dos Santos de Oliveira  
Orientador

---

Walter Fernandes Anacleto  
Examinador

---

Wesley Rodrigues Dutra  
Examinador

*Muitas são, Senhor meu Deus, as maravilhas que tens operado para conosco (Salmos 40:5). Com estas palavras do Salmista, quero dedicar a Vós meu Deus, fonte e razão de minha vida, esta monografia que de forma satisfatória coroa o meu curso. E espero que toda a minha trajetória profissional seja coroada por Vós.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço* primeiramente a Deus, pois sem Ele eu não teria forças para essa longa jornada.

Aos meus pais, Avani e Elza, que jamais deixaram de incentivar. Em especial, à minha mãe por todo carinho que teve ao longo desse percurso, onde não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Agradeço também aos meus irmãos e familiares pelo apoio e carinho.

*Agradeço ao meu namorado Francisco*, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades.

Agradeço a todas as minhas amigas e amigos, principalmente, as da Universidade, onde compartilhamos de momentos inesquecíveis. Em especial, a Cris, Jana, Leide, Susu e Yara.

Ao meu professor orientador Ms Luan Santos, que dedicou seu tempo e compartilhou sua experiência para minha formação. Agradeço pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.

John Dewey

## RESUMO

A presente monografia é fruto de uma pesquisa de campo desenvolvida no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, em Sousa, Paraíba, objetivando verificar se a religião influencia de maneira decisiva o vestibulando na opção pelo curso de Serviço Social. O problema de pesquisa surgiu no cotidiano acadêmico por meio de observações, como também, a ideia foi alimentada por estereótipos ligados ao objeto de estudo do curso. Outro ponto que fortaleceu a hipótese norteadora da pesquisa foi saber que o Serviço Social tem sua gênese ligada aos princípios que fundamentam todo o agir da Igreja Católica, tendo em vista que as primeiras ações eram oriundas do trabalho voluntário e filantrópico desempenhado por moças selecionadas pela entidade religiosa. O protestantismo também participou desse processo assistencialista, pois as instituições religiosas combateram o sistema capitalista que se instaurou em decorrência da revolução industrial. Para o êxito deste estudo foi necessário coletar dados através da aplicação de questionário previamente elaborado que contou com a participação de alunos de graduação do referido centro de ensino superior. A presença da religião na formação deles é um fato inquestionável, todavia, constatou-se que não há uma influência consciente na maioria dos casos analisados. As pesquisas acerca desse assunto ainda são pouco expressivas, o que dificulta a análise e comparação de dados.

**Palavras-chave:** Religião. Influência. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This monograph is the result of a field research developed in Legal Sciences and Social Center of the Federal University of Campina Grande, in Sousa, Paraíba, to check whether religion influences decisively in the preppy choice of course of Social Service. The research problem arose in the academic everyday through observations, as well as the idea was fueled by stereotypes the course of the study object. Another point which strengthened the hypothesis was knowing that social work has its genesis based on the principles that underlie all the action of the Catholic Church, considering that the first actions were from the voluntary and philanthropic work performed by women selected by religious entity. Protestantism also participated in this welfare process because religious institutions fought the capitalist system which arose as a result of the industrial revolution. For the success of this study was necessary to collect data over the previously prepared questionnaire that included the participation of undergraduate students of the center of higher education. The presence of religion in shaping them is an unquestionable fact, however, it was found that there is a conscious influence in most of the cases. Research on this subject are still insignificant, which complicates the analysis and comparison of data.

**Keywords:** Religion. Influence. Social Service.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO: DESVENDANDO CONTRADIÇÕES</b> .....	12
2.1 DA RELIGIÃO .....	13
2.2 SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL .....	19
2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	28
<b>3 A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS DE SOUSA-PB</b> .....	35
3.1 OS VALORES RELIGIOSOS E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL .....	36
3.2 PERFIL DOS DISCENTES PESQUISADOS .....	39
3.3 A VOZ DOS DISCENTES: a religiosidade em questão .....	40
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	54
<b>ANEXOS</b> .....	58

## 1 INTRODUÇÃO

A Religião é fundamentada na crença em uma divindade (Deus), que detém grande poder e conhecimento, pois é um Ser perfeito que tudo pode. O ser humano, imperfeito, busca no seu Deus as respostas e soluções para os mais variados conflitos. O elemento que sustenta essas convicções é a fé, uma vez que creem em algo real (conforme a crença), porém invisível.

O Serviço Social apresenta na sua gênese uma ligação intrínseca com a caridade que era praticada principalmente por líderes religiosos. Verifica-se, portanto, que há indícios da presença religiosa nessa área do conhecimento desde os primórdios. Cabe ressaltar, porém, que com a institucionalização da profissão e o desenvolvimento da sociedade, algumas características mudaram ao longo dos anos.

A escolha do tema em tela emergiu de uma concepção pessoal formada ainda no início do curso, pois por meio de uma observação superficial ficou compreendido que muitos ingressantes faziam as suas opções sobre forte influência religiosa e que o Serviço Social se identificava bastante com os objetivos deles. Na fase de conclusão do curso, a ideia persistiu mais forte, sendo necessário realizar o estudo ora proposto para ratificar ou refutar a hipótese. É dessa maneira que nascem os problemas de pesquisa, através de um assunto que chama a atenção do investigador, o deixando bastante instigado para buscar informações.

A temática é bastante intrigante e eminentemente relevante, uma vez que envolve os anseios dos pretensos profissionais do Serviço Social, pessoas que atuarão diretamente com a sociedade nos mais variados segmentos. Entender a influência da religião no processo de formação é essencial para avaliar algumas de suas qualidades.

Constitui objetivo central deste estudo, verificar até que ponto a influência religiosa determina o ingresso de alunos no curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande, campus de Sousa, Paraíba. Para tanto, foi necessário além de indagar diretamente sobre a possibilidade de tal motivação ter ocorrido, outros aspectos sobre a vida dos participantes também foram auferidos, como a formação religiosa, a participação da família nesse processo, os objetivos deles no que diz respeito ao curso, na perspectiva de identificar elementos que corroborem para uma análise mais profícua.

Os resultados constantes nesse trabalho são decorrentes de uma pesquisa de campo desenvolvida junto a 10 (dez) discentes do 2º período de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa, Paraíba. A amostra representa 23,8 % do universo da pesquisa, tendo em vista que a turma é composta por 42 alunos.

Para tanto, foi aplicado um questionário contendo 14 indagações, entre as quais, de caráter objetivo e subjetivo, com a participação dos graduandos, que antes das respostas, foram devidamente orientados acerca dos objetivos deste trabalho, bem como, sobre o direito de não aceitarem ou desistirem de participar a qualquer momento. No intuito de atestar a veracidade das informações e conferir maior segurança ao participante, cada um assinou um termo de consentimento livre e esclarecido.

Por questões éticas e a pedido deles, as identidades foram preservadas, onde ao divulgar os resultados, no lugar do nome, utilizaram-se as expressões: participante 01, 02, 03, até o de número 10.

A investigação científica ocorreu em duas fases, a teórica, que permitiu uma análise minuciosa de farta literatura especializada, obtida em livros, revistas científicas, artigos, monografias, dissertações e teses; e a fase *in loco*, com levantamento de dados empíricos que foram tratados sob a ótica quantitativa e principalmente, qualitativa. A última etapa consolidou-se no mês de Fevereiro de 2015 com a aplicação dos questionários e posterior concatenação de ideias. A análise qualitativa é importante por fornecer subsídios mais precisos, proporcionando conhecer melhor a realidade sobre determinado problema de pesquisa.

Por meio da fenomenologia buscou-se identificar características dos discentes no tocante às suas convicções religiosas, os seus valores morais, avaliando até que ponto os influenciam na escolha de um curso universitário. É um método que não se confunde com empirismo, tampouco com o método dedutivo. A fenomenologia busca descrever a essência do fenômeno. É uma maneira de buscar o significado das coisas, mostrando um núcleo invariável.

Para melhor sistematização das ideias, a monografia foi organizada da seguinte maneira: **1 INTRODUÇÃO**; dois capítulos, o primeiro, localizado na seção 2 e intitulado **SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO**: desvendando contradições, discutindo-se temas concernentes ao surgimento do Serviço Social, a participação da Igreja em sua gênese, bem como as contradições advindas dessa relação em confronto com as transformações sociais; na

seção 3, **A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS DE SOUSA-PB**, é a parte que apresenta os resultados da pesquisa junto aos alunos da instituição. Nesse capítulo foi realizada a análise dos dados e discussão pautada na comprovação ou refutação da ideia central que norteia o estudo, pois preliminarmente há indícios de que tal influência seja determinante; **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**. É o momento de refletir acerca de tudo que foi visto e lançar as considerações no que diz respeito à satisfação dos objetivos. No final, está o rol de referências utilizadas e em anexo, o questionário aplicado na pesquisa.

## **2 SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO:** desvendando contradições

Este capítulo inicia as discussões acerca da influência religiosa na formação do Assistente Social, especificamente, na fase inicial, logo a partir da escolha do curso. Não é difícil identificar vestígios históricos que dão conta do processo de doutrinação da sociedade. Nesse sentido, entende-se que independente da denominação religiosa ou do local de culto, expressiva parcela popular vivenciou algum tipo de experiência espiritual.

Desde criança, pela tradição da instituição familiar, os filhos são conduzidos a ensinamentos morais e religiosos, em casa, na escola, na igreja e em outros segmentos sociais. Tal condição desenvolve em cada pessoa valores que serão carregados e disseminados ao longo da vida, contribuindo com a constituição do caráter, o que implica no agir do indivíduo que estará intimamente ligado a esses conhecimentos.

Quase todas as sociedades na história humana conhecem ou conheceram algum tipo de religião, pois sempre houve fatos que fugiam da capacidade humana de explicação, surgindo naturalmente a justificativa ao sobrenatural. Por isso, em sociedades primitivas, como as ameríndias, fenômenos da natureza (trovões, relâmpagos, tempestades) e doenças assumiam formas de deuses (RIBEIRO, 2012, p. 06).

O que guia o presente estudo é a hipótese de a religião ser uma determinante no momento da opção pelo curso de Serviço Social. Voltando na história que trata da gênese do Serviço Social, verifica-se o intensivo trabalho voluntário, de filantropia, executado por mulheres selecionadas pela Igreja Católica para desempenhar atividade assistencialista.

Com o fim do século XVIII abriu-se um horizonte cheio de mudanças que impulsionaram decisivamente a ocorrência de fatos marcantes na história social. A sociedade evoluiu muito, as instituições sofreram significativas mutações e o Serviço Social foi instituído, ou seja, tornou-se uma profissão. O Estado se dissociou da religião, se tornando Estado Laico. Será que todas essas modificações mudaram o perfil do assistente social? A resposta a essa indagação e muitas outras serão apresentadas e discutidas no decorrer do presente trabalho monográfico.

A seção 2.1 aborda preceitos conceituais, históricos e característicos pertinentes à religião. Já a 2.2 analisa o surgimento e evolução do Serviço Social em diversas partes do mundo, discute o perfil dos seus profissionais, comentando o seu relacionamento com a

religião, na busca de identificar similitudes e antagonismos. Finalizando o capítulo, o tópico 2.3 enfoca o caso específico do Brasil.

## 2.1 DA RELIGIÃO

Presente no meio social há muito tempo, a religião tornou-se um elemento de identificação, refúgio para a alma, fonte de esperanças, direito codificado, doutrina a ser aplicada, dentre outras atribuições e significados. Com o passar dos anos, a sua disseminação foi substancial, tendo em vista o grande número de denominações presentes no mundo. É uma realidade arraigada no seio da humanidade, transcendendo gerações.

De acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio (1993, p. 471), o conceito de religião é “a crença na existência na força ou forças sobrenaturais; manifestação de tal crença pela doutrina e rituais próprios; devoção”.

A religião apresenta entre suas características, o culto a uma divindade que está acima dos seres humanos (simples mortais), no plano espiritual, orientando todo o agir dos seus fieis e tendo como retribuição a total devoção. É uma prática na qual as pessoas devem crer no invisível, agindo puramente pela fé, mas que sua existência é um fato inquestionável. Alves (1981) entende a religião como um processo cultural, oriundo a partir da criatividade humana. Para ele, a imaginação do homem é eminentemente fértil, resultando na produção de vasto acervo simbólico, transformando o natural em artificial para atender aos desejos e convicções da espécie denominada *Homo sapiens*.

Seguindo a dialética que permeia o conhecimento, em contraposição ao disposto por Alves no parágrafo anterior, Jung (2011) entende a religião com um viés onde Deus é um ser supremo que antecede os pensamentos humanos, tendo em vista, que ele é o criador, não a criatura. Nessa perspectiva, por meio da religião é possível vivenciar experiências que transcendem o racional, superando todas as limitações do homem, ser imperfeito. O autor assevera ainda que a religião deve ser compreendida analisando a sua etimologia, pois a expressão *religare*, significa religar, ou seja, realizar a comunhão entre o divino e o humano. É a reaproximação entre criador e criatura.

Encaro a religião como uma atitude do espírito humano, atitude que de acordo com o emprego ordinário do termo: “religio”, poderíamos qualificar a modo de uma consideração e observação cuidadosa de certos fatores dinâmicos concebidos como “potências”: espíritos, demônios, deuses, leis, ideias, ideais, ou qualquer outra denominação dada pelo homem a tais fatores; dentro de seu mundo próprio a experiência ter-lhe-ia mostrado suficientemente poderosos, perigosos ou mesmo úteis, para merecerem respeitosa consideração, ou suficientemente grandes, belos e racionais, para serem piedosamente adorados e amados (JUNG, 2011, p. 20).

Apesar de profundas divergências na acepção da sua origem e legitimidade doutrinária, os seus princípios são visivelmente incorporados no cotidiano da sociedade, basta analisar que cada ser carrega dentro de si valores morais que fundamentam o exercício de atividades executadas diariamente.

Na Idade Média, a religião era fonte de resposta para os diversos fenômenos existentes. O ser humano em busca de conhecimento se servia da divindade para entender o mundo à sua volta. Um reflexo disso era a explicação para a inalterabilidade das camadas sociais, que concebiam status econômico por vontade divina. Dessa forma, o indivíduo, por escolha divina, seria pobre ou rico (MACHADO, 2007).

Analisar a constituição da civilização é primordial para entender o comportamento das pessoas, pois as características desse processo revelam particularidades em cada período da história, variando mediante os elementos presentes. Alves (1981, p. 18) leciona acerca dessa discussão:

No processo histórico através do qual nossa civilização se formou, recebemos uma herança simbólico-religiosa, a partir de duas vertentes. De um lado, os hebreus e os cristãos. Do outro, as tradições culturais dos gregos e dos romanos. Com estes símbolos vieram visões de mundo totalmente distintas, mas eles se amalgamaram, transformando-se mutuamente, e vieram a florescer em meio às condições materiais de vida dos povos que os receberam. E foi daí que surgiu aquele período de nossa história batizado como Idade Média.

A Idade Média transpirava o ar da religiosidade, sendo que a Igreja Católica mostrava-se uma instituição muito forte e exerceu importante influência na sociedade em geral. O seu domínio transcendeu continentes, sejam eles, oriental ou ocidental. É pertinente comentar que toda essa base cultural/religiosa alcança diretamente cada indivíduo. Para melhor entendimento, pense no nascimento de uma criança, no qual está totalmente indefesa, necessitando de cuidados especiais e ensinamentos acerca de tudo que está a sua volta. Essa

situação assemelha-se a um computador que saindo da loja apresenta HD (Disco Rígido) intacto, ou seja, necessitando que se implantem softwares e demais componentes essenciais ao seu funcionamento. Tudo já está pronto e apenas é transferido aos circuitos biológicos da criança, bem como, os eletrônicos, do computador. Surge um antagonismo nessa comparação, ao perceber que no caso da máquina, facilmente se pode apagar os dados, porém, com humanos, a situação é bem complexa, em virtude dos valores construídos no decorrer dos dias por meio das interações sociais.

É pertinente ressaltar que o fato de um ser receber instruções religiosas desde a infância não garante que seguirá cultivando tais valores até o fim de sua vida, no entanto, negar essa influência é uma afirmação carecedora de lógica, notadamente porque o ser humano, no aspecto intelectual e espiritual, é um projeto em construção, no qual o meio em que vive serve de referência para suas ações futuras.

Nesse sentido, Machado (2007, p. 17) enfatiza que:

Isso acontece porque o indivíduo, no momento de seu nascimento, encontra um mundo social com relações sociais já estabelecidas, com entidades já organizadas e fixadas, ou seja, esta ligação com a religião já está estabelecida e naturalizada no interior da sociedade, a partir de um discurso que busca dar as entidades brutas e vazias um sentido, de maneira que elas passem a fazer parte do mundo humano, como se fossem extensões de nós mesmos.

O comportamento passivo dos indivíduos diante o tradicionalismo, apenas confirmará o que já encontrou constituído no âmbito social. Tais ensinamentos serão transferidos aos descendentes por meio da cultura. Sendo assim, para que ocorra transformação nesse quadro, cabe a cada um a faculdade de raciocinar e lutar pela mudança, caso assim entenda necessário. Machado (2007) compactua com esse pensamento ao destacar que as pessoas simplesmente reproduzem os conhecimentos, sem maiores discussões, ficando inertes no sentido de mudar.

Devido a efemeridade das ideologias que orientam a sociedade, a postura dos seus integrantes também se modifica ao longo do tempo. Nessa perspectiva, desenvolvendo senso crítico, as pessoas passaram a questionar os dogmas da fé católica. A partir de então surgiram diversos eventos rumo a uma revolução que abalaria a estrutura da igreja.

Sobre o fenômeno de superação da tradição, Quintão (2012, p. 25) leciona:



Um dos elementos ligados à religião e que vai experimentar o impacto da globalização é a tradição. Não é que as tradições desapareceram, mas sim que são profundamente afetadas; o que era algo considerado como absoluto e incontestável de geração em geração, se vê agora questionado e relativizado.

A reforma protestante foi um exemplo de manifestação contrária ao proposto pelo catolicismo. Nessa perspectiva, os revoltosos apresentavam linha de raciocínio divergente e já não mais aceitavam as normas religiosas que os orientavam. Segundo Firmo (2009), mesmo diante de um sistema de dominação, muitos conseguem desenvolver postura de contestação dentro da própria igreja.

Em outro momento histórico, mas seguindo linha revolucionária, a Teologia da Libertação (1960), foi um movimento no qual os seus membros acreditavam na religiosidade como forma de libertação e transformação, não como meio de controle e dominação. No entanto, essa iniciativa gerou controvérsias, pois não era aceita em todos os níveis da organização religiosa. Sobre essa discussão Pereira (2013, p. 78) comenta que:

É relevante destacar que a Teologia da Libertação não foi um movimento homogêneo e que seu discurso está longe de ser hegemônico dentro da Igreja Católica Romana. Mas não seria correto negar a importância das Comunidades Eclesiais de Base, tão estimuladas pelos teólogos da libertação, na articulação de movimentos sociais tanto no campo (movimento sem terra), como nos centros urbanos. A resistência à Ditadura Militar foi uma dessas significativas marcas de luta da Igreja Católica no Brasil. Nos anos 70 após uma fase de apoio ao golpe militar de 1964, a posição oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) mudou. Um setor da Igreja Católica no Brasil se tornou um dos maiores opositores do regime autoritário. Engajou na luta pelo respeito aos Direitos Humanos, deu apoio a greves em São Paulo emprestando seu espaço para reuniões de sindicalistas e denunciou as injustiças no campo principalmente na Amazônia e no Nordeste.

O surgimento da burguesia é outro marco que demonstra o rompimento com as tradições religiosas, pois o divino já não era mais suficiente para explicar todas as questões centradas na sociedade. As pessoas começaram a se reunir e lutar por mudanças. Segundo Machado (2007, p. 18), “[...] o pensamento também se altera e a visão de que cada um deve ter o que recebe ao nascer, modifica-se e cada indivíduo passa ter aquilo que produz”. Foi um período de intensas transformações e lutas por direitos. É nesse cenário que os limites são impostos e as configurações seguem outro padrão.

A classe burguesa começará a questionar os dogmas da religião quanto à questão da apropriação da riqueza pelos clérigos mediante o merecimento divino, passando a colocar que a apropriação da riqueza é de quem a produzir. Na medida em que a condenação do sagrado passa a ser exigida pelos interesses da burguesia, um novo conflito se estabelece no interior da sociedade entre “Religião e Estado” devido ao fato de ambos apresentarem interesses conflitantes entre si, ocasionando assim um distanciamento em nome da expansão do capitalismo. Nesse sentido, a burguesia será vista como uma classe revolucionária, já que inicialmente os interesses desta vão de encontro aos da classe trabalhadora (MACHADO, 2007, p. 19).

As revoluções ocorrem para alterar uma realidade que parte da população já não suporta. O novo deve surgir, independente se vai contemplar todas as reivindicações. É normalmente o que ocorreu e ocorrerá na história social, pois a dinâmica da civilização é movida pela dialética. A burguesia, que veio em contraposição ao regime anterior, tempos depois, passou a ser duramente criticada e combatida por outros ideais. Dessa forma, a sociedade vai sendo modelada.

Em oposição aos cidadãos do mundo sagrado, que haviam criado símbolos que lhes permitissem compreender a realidade como um drama e visualizar seu lugar dentro de sua trama, à nova classe interessavam atividades como produzir, comerciar, racionalizar o trabalho, viajar para descobrir novos mercados, obter lucros, criar riquezas. E, se os primeiros se definiam em termos das marcas divinas que possuíam por nascimento, os últimos afirmam: “Por nascimento nada somos. Nós nos fizemos. Somos o que produzimos” (ALVES, 1981, p. 44).

Os impactos sofridos no âmbito religioso também trouxeram mudanças no comportamento dos indivíduos, pois a identidade religiosa passa a ter caráter livre e consciente. Nesse sentido, Quintão (2012), entende que as mudanças de maior vulto no que diz respeito à identidade religiosa estão direcionadas na esfera individual, sendo que as tendências religiosas institucionalizadas estão ocorrendo em menor grau, prevalecendo a escolha livre e consciente das pessoas.

Com a consolidação do capitalismo, a Igreja Católica se opôs à racionalização das relações comerciais, notadamente por se tratar de interesses financeiros e econômicos, envolvendo trabalhadores e patrões, numa relação que visava apenas o lucro. O capitalismo era para a Igreja Católica o grande gerador de dificuldades, principalmente aos menos favorecidos (LÖWY, 1998).

Em combate aos burgueses, a Igreja Católica recrutou mulheres para realizar trabalhos de caridade e solidariedade, numa ação voluntária, ajudando muitas pessoas carentes. Segundo a literatura especializada, o Serviço Social tem início justamente com essas ações.

A Igreja Católica recrutava as “agentes sociais” dentre os membros da classe dominante, fornecendo-lhes uma formação ideológica cristã, com propósitos de atuação baseados na caridade e na repressão. Essas agentes, na maioria jovens da sociedade, atuavam junto às mulheres e crianças com instruções sobre higiene, prendas domésticas, moral e valores normatizados pela doutrina cristã (ALBERNAZ & SILVA, 2009, p. 168).

A caridade sob a ótica de Alves (2010) é um preço atribuído a alguém que está à margem de um sistema segregacionista e explorador, no qual o gesto valorativo é inspirado e distribuído por meio de um amor que emana de Deus.

A partir de uma leitura crítica, o ato caritativo significa atribuir preço e valor a alguém, que não tem esses atributos sociais, a alguém que não tem valor no mundo capitalista, concedendo-lhe, portanto, uma parcela do que, pelo “valor”, foi constituído (dinheiro) e pelo “amor” está sendo doado (obrigação para com “Deus”). Trata-se de uma relação que compreende a naturalização do favor a partir da doação da riqueza material como instrumento básico para se atenuar a pobreza material, a começar pela esmola e a se estender para as organizações de assistência caritativa (ALVES, 2010, p. 14).

A seleção dessas mulheres era realizada mediante análise de alguns critérios pertinentes à personalidade delas. Dentre as características solicitadas, a integridade moral, conhecimentos técnicos, possuir sentimento de amor ao próximo, desejar lutar contra as injustiças sociais, para minimizar a miséria eram as principais (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007).

Em meio ao caos advindo da nova ordem econômica (capitalismo) que se instaurou em todo o mundo, os pioneiros da assistência social tinham uma missão difícil, devido às péssimas condições de vida resultantes da falta de estrutura das cidades que passaram a receber exorbitante aglomeração de pessoas. Acerca da importância desse trabalho, Andrade et al. 2014, p 03), comentam que:

As profissionais tinham o objetivo de promover a adaptação e a transformação desses grupos na sociedade, pois o que se enxergava, era a necessidade de intervir na formação moral, intelectual e social das famílias.

As condições de moradia, as precariedades das condições sanitárias eram consideradas problemas de desajustamento do lar, numa tentativa de reformar o homem, de ajustá-lo e reeducá-lo. A visão sobre o mundo dos profissionais pioneiros de Serviço Social recebia a influência europeia, o discurso desses pioneiros demonstrava que os agentes envolvidos na missão de apostolado legitimavam a forma paternalista e autoritária de sua intervenção.

A partir dessa iniciativa católica, o assistente social vai se firmando no combate às desigualdades sociais, embora, as características do Serviço Social sejam divergentes quando se compara o caráter assistencialista, no seu início, com as políticas sociais, na contemporaneidade. Antes, as ações eram praticadas objetivando o bem estar dos menos favorecidos, através de um gesto solidário que era recompensado com a gratidão, constituindo uma relação de cunho afetivo.

Com a consolidação da profissão, verifica-se o reconhecimento de direitos, onde os beneficiados participam de um procedimento de efetivação das suas garantias constituídas em lei. As características mudam, notadamente porque o fazer profissional deverá trilhar um caminho sistematizado, com métodos próprios e ações crítico/reflexivas acerca da realidade social.

## 2.2 SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

Antes de tecer considerações inerentes ao percurso histórico do Serviço Social, que perpassa fases empíricas e científicas, com predomínio de valores religiosos e seculares, faz-se necessário apresentar um conceito do que se entende por Serviço Social. Talvez apresentar essa conceituação seja uma ação um tanto ousada, tendo em vista que há muito que se falar quando o assunto é defini-lo e entender a sua relação com a religiosidade. Para tanto, abre-se a seção recorrendo a Fontoura (1959, p. 113) que assim define:

É o conjunto de técnicas que tem por objeto reajustar a personalidade humana, no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar maior bem-estar à comunidade.

Feitas as considerações preliminares, eis que chegou o momento de percorrer as linhas que discutem os fatos históricos e suas implicações no âmbito do Serviço Social. Por meio dos relatos históricos se adquire fundamentos para compreender as instituições presentes na atualidade.

Geralmente, é no ambiente das contendidas, das aflições, da opressão, que as pessoas sufocadas, não tendo outra alternativa, precisam unir forças e partir à luta. Os levantes sociais constituem a arma mais poderosa a disposição da sociedade e foram responsáveis por muitas conquistas.

Nos fins do século XVIII, um fato novo sacode o mundo: surge na Inglaterra a máquina a vapor, marcando o início do que se denominou “Revolução Industrial”. A máquina irrompe no cenário social e começa a inundar o planeta com os seus produtos. E o primeiro deles é uma nova classe social: a classe operária; entre seus produtos secundários, contam-se a formação dos grandes e superpovoados conglomerados em torno dos centros industriais, a miséria, a exploração... Esta avalanche de problemas sociais fez com que se tornassem irrisórios os meios que, para equacioná-los, apoiavam-se no fazer o ‘bem em nome do bem’. Em face da superação destas formas de ação social, surge (a necessidade) do método, requer-se a técnica (BARREIX *apud* CASTRO, 2010, p. 33).

Com a instauração do sistema capitalista, as relações econômicas se expandiram de maneira exorbitante e o lucro era o centro das atenções. Não importa quem paga o preço, pois o objetivo é apenas desenvolver os negócios, os números estão sempre em pauta. A industrialização trouxe avanços, mas também, desencadeou muitos contrastes sociais, pois por conta do deslocamento exponencial de pessoas rumo às cidades industriais, em busca de trabalho, exigiu melhor estrutura para atender as necessidades da demanda cada vez mais crescente. Era uma nova realidade, o início de uma história marcada por graves problemas e protestos acalorados. Discutindo acerca dessa temática, Houtart (2003, p. 48) assevera:

O capitalismo significa a objetivação, a coisificação do conjunto do real em termos econômicos, isto é, a transformação do cosmos em coisas, em objetos de troca rentáveis. A natureza se torna uma vasta mercadoria, o ser humano é reduzido a um simples homo economicus. A própria cultura é quantificada e entra na lógica do lucro.

O desenvolvimento industrial desencadeou uma série de dificuldades, pois os operários trabalhavam em estado de penúria, eram literalmente explorados como escravos. O

trabalho era degradante, mas a situação ficava ainda pior para a grande quantidade de desempregados que se proliferava. Silva et al. (2013, p. 03) comentam que “a exploração desse sistema tornou possível à classe trabalhadora desenvolver capacidades ideológicas com o intuito de criarem organizações de luta contra essa dominação”. A partir de então, as reações contrárias formariam o bloco de oposição que enfrentaria a ordem econômica preponderante, uma vez que, a inércia só agravaria a situação.

Mediante cenas de contraste social, a Igreja Católica tomou a iniciativa de com a ajuda dos seus membros (leigos) se contrapor ao sistema dominante, pois as ideologias eram bastante adversas. Além do sentimento de fraternidade e amor ao próximo, através das ações assistenciais, as autoridades religiosas estavam preocupadas em trazer de volta ao seio da igreja, a sociedade que se distanciava e apresentava características sob forte influência burguesa. Trata-se de um processo de reconstrução. Nesse sentido, Castro (2010, p. 47-48) comenta acerca do projeto da Igreja Católica, destacando que:

Estes núcleos de leigos, orientados por uma retórica política de cunho humanista e antiliberal, lançam-se a uma vigorosa ação dirigida para penetrar em todas as áreas e instituições sociais, criando mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade, com a estratégia de, progressivamente, conquistar espaços importantes no aparelho de Estado. A Ação Católica (e, por extensão o Serviço Social) prende-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja – incentivando oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as encíclicas papais -, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarco-comunista.

Reação semelhante foi esboçada pela Igreja Protestante, pois em alguns países europeus, a exemplo da Noruega, construíram instituições para atender aos pobres e doentes, numa perspectiva de combate à secularização, colocando em prática o que era pregado no altar da igreja (PLETSCH, 2004). A postura religiosa, mesmo que aparentemente defendendo uma causa da instituição, teve papel essencial nesse processo de defesa dos oprimidos e reconhecimento de direitos inerentes à pessoa humana.

O antagonismo entre Burguesia e Religião parecia em alguns aspectos uma disputa pelo poder que envolvia uma superestrutura dotada de muito dinheiro, conhecimento e política, onde a dominação do público é imprescindível para alimentar o sistema. Enquanto a Burguesia fazia uso das inovações fruto da racionalidade, a Igreja Católica tentava retomar o controle para perpetuar os seus dogmas. Segundo Castro (2010), o poder da Igreja foi

exercido com supremacia durante vários séculos e era sustentado com pulso forte, monitorando a produção de conhecimento, formando os seus próprios profissionais para disseminá-los.

Contrapondo os argumentos anteriores, ao observar documentos produzidos pela Igreja Católica, percebe-se que a instituição religiosa se engajou na luta pela justiça social. As encíclicas papais e a doutrina social são exemplos cabais dessa contribuição.

Diante desse quadro incômodo que as “novas coisas” colocavam ao catolicismo, o papa Leão XIII outorgou a encíclica *Rerum Novarum* em 15 de maio de 1891. A encíclica acusava que uma das grandes causas dos problemas sociais era decorrente da falta de princípios morais que a nova sociedade moderna e laica cultivava (GONÇALVES, 2008, p. 198).

De acordo com Santos (2010), a *Rerum Novarum* foi o marco inicial da Doutrina Social da Igreja. Leão XIII observou um cenário com dois problemas estruturais, de um lado, a economia centrada no mundo capitalista, visando apenas os lucros; e do outro, a onda vermelha fundada pelo socialismo que se firmava junto aos operários.

Ainda sobre a gênese do Serviço Social através da Igreja, Alves (2010, p. 33) destaca:

Em vínculo de compreensão histórica das relações sociais que engendram a profissão, cabe situar que o Serviço Social, em sua gênese, é forjado basicamente no seio das iniciativas da Igreja Católica. Dentro de seu escopo de recristianização da sociedade, mediante ações de cunho caritativo e assentadas nas premissas da doutrina social na Igreja. Esse desenvolvimento ensejava a “profissionalizar” o apostolado social católico, agregando propositura religiosa com parâmetros técnicos de organização de ações junto aos trabalhadores e suas famílias.

A religião foi um elemento substancial na origem do Serviço Social em diversas partes do mundo. A experiência foi vivenciada na Europa, América Latina, América do Norte, Ásia e África de modo a representar um marco histórico. A contribuição religiosa no âmbito da profissão impulsionou a criação de escolas e centros de estudos profissionalizantes para o desenvolvimento da assistência social (SIMÕES, 2005).

Essas protoformas da profissão deixam clara a sua origem fortemente influenciada pela religião, sendo o Serviço Social estruturado para atender demandas de trabalho de forma local, distritalizada e de responsabilidade do governo, mas com reforço do voluntariado, pois há uma aproximação entre práticas assistenciais das entidades filantrópicas, voluntárias, e o Estado (FEHLBERG, 2009, p. 17).

Fehlberg (2009) enfatiza ainda que a participação da igreja, na gênese da profissão, trouxe fortes traços religiosos que influenciaram bastante os valores dos assistentes sociais. Essa carga de princípios fundados na fé, na caridade, no amor ao próximo é uma característica fundamental dessa profissão, o que estimula o desenvolvimento de muitas pesquisas científicas. O objetivo principal desses estudos é entender a influência religiosa na prática do assistente social.

Além da Ação Católica, as Encíclicas Papais, *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) tiveram um forte impacto na ação católica exercida na América Latina e, especificamente, garantindo um fundamento religioso para a ação profissional, já que focavam para uma alternativa cristã, tanto ao socialismo, quanto ao capitalismo (SIMÕES, 2005, p. 11).

Além do pioneirismo nas ações de assistência social, a Igreja também deu as suas contribuições no âmbito moral e intelectual, preocupando-se em criar escolas de Serviço Social com ênfase cristã para atender à sociedade (FEHLBERG, 2009). Com essa atitude, a entidade religiosa não só realizou obras de caridade, mas imprimiu as suas impressões por meio da disseminação do conhecimento.

Para Yamamoto e Carvalho (2007), a origem da profissão do Serviço Social está atrelada a interesses da Burguesia, do Estado e da Igreja que fazendo uso da questão social, aproveitaram a efervescência da sociedade para implantá-la de forma estratégica, pois dessa maneira, o povo era contido, e a nova profissão atendia aos anseios das entidades que a apoiaram.

Mesmo constituindo em manobra dos que compõem a cúpula social, as conquistas delimitam as ações dos donos do poder. Outra questão a mencionar, é a participação da Igreja nesse processo, pois apesar das críticas acerca da religiosidade no fazer social, imaginem se esses valores estivessem ausentes nessa sociedade de exploração do homem pelo homem. Como seriam as relações pautadas por outros valores morais? Seguindo essa linha de discussão, entende-se que aprofundar as pesquisas sobre a influência religiosa no Serviço



Social contribuiria imensamente para a construção de uma identidade profissional, como também, implementação de políticas públicas mais efetivas.

A fundação da Sociedade de Organização da Caridade (COS – Charity Organization Society), em 1896, por meio da iniciativa de voluntários registra o nascimento do Serviço Social no mundo, embora, as práticas assistenciais vieram bem antes. Alguns anos depois, exatamente em 1903, a COS criou a sua escola, com a denominação Escola de Sociologia. São fatos pioneiros, que abriram as portas para a criação dos cursos de Serviço Social, objetivando atender a demandas específicas (SIMÕES, 2005).

Na América Latina, o surgimento do Serviço Social ocorreu no Chile, em 1925, quando o Dr. Alejandro Del Río instituiu a primeira escola de especialidade. O fundador era médico e entendia a importância do auxílio desses profissionais, atuando através de um trabalho de equipe. Teóricos criticam essa afirmação ao defender que o único fato de criar uma escola não é suficiente para instaurar uma profissão, por se tratar de algo muito mais complexo (CASTRO, 2010).

O autor supracitado ressalva dois pontos interessantes sobre a origem do Serviço Social na América Latina. O primeiro ponto, ao perceber que a profissão estava subordinada a outras, a exemplo da medicina. Teria surgido para prestar auxílio a outras áreas do conhecimento, tornando-se uma espécie de subprofissão; Já o segundo, dá conta da forte influência europeia, que serviu de inspiração e modelo aos latino-americanos. A Europa significava bem mais que um fornecedor em potencial, configurava-se como eminente referência estrategista e ideológica.

Ainda sobre o Serviço Social como subprofissão, há de se ressaltar que esse fato não o subjuga em hipótese alguma, pelo contrário, ficou clara a sua interdisciplinaridade, uma vez que é um ramo do conhecimento capaz de adentrar em grande variedade de debates, pela sua ligação intrínseca com as causas sociais. Partindo ao outro ponto, no que concerne à influência europeia, é comum recorrer aos mais experientes quando o novo acontece. Foi o que aconteceu na América Latina, onde o capitalismo irradiou os seus efeitos, e em contrapartida, a reação oposta que seguiu o padrão europeu. Com o tempo, é possível verificar ações mais autônomas, devido a maturidade adquirida ao conviver com as relações cotidianas.

Ander Egg (1975) entende que a evolução do Serviço Social na América Latina ocorreu em cinco momentos, determinados em 3 fases. São elas: a Assistência Social, fundamentada em ações beneficentes e assistenciais; uma fase dividida em três momentos,

com o predomínio de concepções para-médica e/ou para-jurídica, asséptico-tecnocrática e desenvolvimentista; a última fase é a do Trabalho Social, pautada na conscientização e revolução.

Foi um período de metamorfose constante, com crescimento econômico para uns e exploração para outros. Esse ritmo de crescimento apresentava pólos opostos que cresciam em sentidos também contrários, ou seja, a industrialização modernizava a sociedade e gerava muito lucro, mas desencadeava uma série de situações que careciam de ações emergenciais, pois estava em jogo o bem estar da população. É certo que o sistema capitalista tem como característica o contrato livre entre trabalhador e patrão, no qual ninguém é forçado diretamente ao trabalho, porém, diante a necessidade básica de consumo e sobrevivência do ser humano, indiretamente, ele acaba refém do sistema.

A situação chegou a certo ponto que o caos passara a se instalar, sendo imprescindível a intervenção estatal e da sociedade organizada. A partir de então, leis foram editadas, o Serviço Social foi institucionalizado, na perspectiva de melhorar as condições sociais dessa massa que clamava por direitos. Claro que do Estado não se poderia esperar muita benevolência, uma vez que ceder às pressões poderia ser apenas uma estratégia para acalmar os revoltosos, evitando prejuízos ao sistema. Sendo assim, com o advento da profissionalização, surgiu o questionamento acerca da postura desses assistentes sociais, pois não havia garantia se iriam dar continuidade ao trabalho com a mesma linha filosófica da sua gênese ou ocorreria uma ruptura, tendo em vista a forte influência do ente governamental. Nesse sentido, Netto (2009, p. 73-74) destaca:

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza, se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos.

A inserção desse profissional agora integrante do sistema é bastante contraditória, pois também passou a movimentar a máquina monopolista, trabalhando e sendo remunerado pelos seus serviços. Embora, a profissionalização do Serviço Social pareça uma conquista importantíssima, há de se comentar a possibilidade de uma virada de jogo por parte dos burgueses, notadamente porque os assistentes agora passam a aplicar políticas criadas pelo Estado, relativizando a independência da classe.

Outra questão a ser levantada refere-se a postura deles em situações que afrontam princípios religiosos, como o reconhecimento de direitos aos homossexuais ou campanhas de planejamento familiar que visem o controle de natalidade. Percebe-se nesses casos, que o profissional estará diante de um choque principiológico severo.

Analisando a rigor o processo de desenvolvimento do Serviço Social, fica evidente todo um arcabouço composto de contradições, uma vez que o contexto histórico deverá ser levado em consideração. É por meio da observação de cada parte que é possível compreender o todo, notadamente porque a sociedade vai sendo construída dia a dia, por meio das inúmeras interações dos seus indivíduos que atuam em coletividade. É o estudo sistemático que mostrará o porquê dos contrastes em cada fase da história. Sobre essa discussão, Marçal e Getúlio (2011, p. 76) discorrem acerca das conquistas do Serviço Social, como também, o seu antagonismo peculiar em face da realidade social ao destacar que:

A profissão do Serviço Social, ao longo de sua trajetória, foi se moldando delineadamente, e em cada momento histórico, buscou e criou bases necessárias para sua razão de ser na sociedade. Desta forma, obteve conquistas bastante avançadas no que se refere à bagagem teórica e ao Código de Ética Profissional advindas de pesquisas, lutas e persistência. Tendo a oportunidade de conquistar novos espaços ocupacionais, e ao mesmo tempo, se deparando com uma realidade completamente antagônica aos objetivos profissionais.

É o cenário de contrariedades que torna o exercício da profissão de assistente social um grande desafio, tendo em vista que as muitas teorias que embasam a sua prática apresentam cunho socialista, colidindo frontalmente com o sistema reinante no mundo. A própria universidade prepara os estudantes para servir ao sistema capitalista, onde os futuros profissionais, muitas vezes desenvolvem o seu trabalho com autonomia limitada, constituindo-se apenas como um executor de programas sociais. O Estado, no intuito de expandir a cobertura do ensino, fato positivo, acaba por ratificar a sua hegemonia, ou seja, o

que em princípio é um direito basilar da sociedade, culmina com o fortalecimento da ordem social vigente. Nesse sentido, Tonet (2012, p. 55-56) assevera:

Certamente, o acesso de todos à educação sistematizada, portanto, formal, é uma necessidade para que as pessoas possam se apropriar do patrimônio do gênero humano. Contudo, sabe-se que a universalização deste acesso – mesmo em formas e graus diferentes – foi realizada e está sendo realizada, de fato, nos países onde a revolução burguesa foi levada à plenitude. No entanto, a própria universalização realizada nesses países mostra que, sob a regência do capital, ela sempre será desigualitária, mesmo nas suas formas mais aperfeiçoadas. Além disso, ela sempre será hegemônica pelas classes dominantes, em seus conteúdos e em suas formas, o que significa que sua tônica nunca irá no sentido de contribuir para formar indivíduos integrados à luta pela construção de uma autêntica comunidade humana. Exatamente porque isso significaria formar pessoas para mudar radicalmente esta ordem social.

Fica evidente a interligação entre os diversos fatores sociais com o gigante estatal. O capital é o eixo central dessa relação, formando um sistema interdependente que gera situações cotidianas de exploração humana. O trabalho é a expressão desse capital que transformou o valor-de-uso, das relações sociais primitivas, no valor-de-troca, sentido que está impresso na contemporaneidade (TONET, 2012).

O objeto de estudo do Serviço Social é matéria que sempre gerou discussões, tendo em vista, as mudanças constantes ao longo da sua história. A sua prática ainda demonstra descompasso, faltando uniformidade por parte dos seus profissionais. Pelo Projeto Ético Político, esse profissional firma compromisso no sentido de lutar contra o sistema vigente, buscando desenvolver ações transformadoras da realidade social. É na tentativa de aplicar o citado projeto que o Assistente Social ganha maior autonomia (MARÇAL & GETÚLIO, 2011).

Nessa busca dessa uniformidade comentada acima que o Código de Ética do Assistente Social é uma conquista da categoria, pois norteia o agir profissional, como também, forma uma identidade, reduzindo os conflitos sobre o seu objeto. O interessante é que mesmo a Ética, sendo fruto da ciência, apresenta fundamentos religiosos implícitos.

### 2.3 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social brasileiro seguiu um processo de desenvolvimento similar ao de outros países, pois a Igreja Católica, em oposição à burguesia, tomou a iniciativa de prestar assistência às camadas sociais menos favorecidas. A instituição do Estado Laico, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, em 1891, instaurou uma preocupação no âmbito religioso, pois a dissociação entre a Igreja Católica e o Estado quebrou a hegemonia do catolicismo brasileiro.

O projeto de constituição sob influência positivista [...] estabelecia o casamento civil obrigatório, a laicização do ensino público, a proibição de subvenção a qualquer culto religioso, a secularização dos cemitérios, a proibição de se abrirem novas comunidades religiosas e a inelegibilidade para o Congresso de membros do clero. A hierarquia respondeu violentamente ao que considerou “cláusulas ofensivas a liberdade da Igreja Católica”, sucedendo-se um processo acomodatório em que certas medidas foram reinterpretadas [...] e outras suavizadas, permanecendo, no entanto o casamento civil, o ensino leigo, a secularização dos cemitérios e a inelegibilidade para o clero ligado por voto de obediência (IAMAMOTO & CARVALHO, 2004, p. 141-142).

Foi a partir do estabelecimento do Estado Laico que a Igreja Católica reagiu e mudou a estratégia, no intuito de se reafirmar como religião dominante e continuar disseminando a sua doutrina. Com o advento da Constituição da República de 1891, os populares estavam livres para escolher qual religião adotar, alterando o perfil brasileiro.

O processo de industrialização iniciado na Europa trazia os seus reflexos para o Brasil, onde as indústrias atraíam grande número de trabalhadores, gerando um vínculo patrão-emprego totalmente desproporcional. A classe operária era imensa. Constituída por camponeses e escravos, significavam muito lucro para os burgueses e mão de obra a custo irrisório. Segundo Machado (2007, p. 22):

O mercado de trabalho emergente vai deparar-se com uma mão-de-obra farta e barata, porém não especializada. Além do trabalho excedente proveniente da área rural, já que com a libertação dos escravos os grandes fazendeiros reduzem o número de empregados, fazendo com que os trabalhadores passem acumular funções, além disso, nesse período assiste-se a chegada de um grande número de imigrantes ao país, sendo que estes passarão a disputar

as vagas no mercado de trabalho que nasce com os escravos recém-libertos. No entanto, os imigrantes que chegam trazem uma mão-de-obra já habituada ao trabalho fabril e estes é que assumirão os postos de trabalho que irão surgindo.

No Brasil, a década de 1930 foi o período de implantação do Serviço Social, marcada pelas lutas por direitos sociais e a edição de leis trabalhistas concedidas pelo Presidente da República, Getúlio Vargas. Albernaz e Silva (2009, p. 167) comentam que:

O crescimento do contingente de proletários com suas famílias, verdadeiros amontoados nos cortiços da época, a insatisfação desses profissionais com a excessiva jornada de trabalho e os baixos salários, obrigaram o Estado a promover algumas concessões que, na verdade, tinham como pano de fundo o controle das massas. Desta forma foi implantado o trabalho de agentes sociais para atuarem no controle social dos que só tinham a sua força de trabalho para vender.

Segundo Carvalho (2008), no Governo Vargas foram instituídas diversas garantias sociais, tais como: a criação do Ministério do Trabalho (1930), a Carteira de Trabalho (1932), criou os institutos de Aposentadorias e Pensões, Ministério da Educação e Saúde Pública, Conselho Nacional de Educação, Conselho do Ensino Comercial, Conselho Nacional de Serviço Social (1938). O mais interessante é que tais concessões ocorreram durante um período em que imperava um sistema ditatorial.

Um dado interessante na gênese do Serviço Social no Brasil é o espaço conquistado pela Igreja Católica nas relações com o Estado, pois de acordo com Alves:

Assim, se gesta o pioneirismo do Serviço Social, que no ímpeto de consolidar uma postura moderna de agentes da caridade, não dispensa também seus interesses de vinculações políticas. Destacando-se o fascismo da Ação Integralista Brasileira, inspirado pela aliança do Vaticano ao fascismo italiano – estreitamente alinhadas à dominação do capital, sob as prerrogativas do populismo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Embora se pudessem tecer várias considerações sobre as implicações políticas da presença do Serviço Social na sociedade da época, ressaltamos as implicações que a profissão, enquanto sua institucionalização recebe em decorrência das reconquistas obtidas pela igreja na relação com o estado e a política (2010, p. 39).

As conquistas sociais são decorrentes da insatisfação e ação dos populares, que de forma organizada, imprime limites junto aos governantes. Vale ressaltar que mesmo a conquista sendo de pequena notoriedade, consegue-se um grande passo rumo à caminhada

pelos direitos que o sistema operante insiste em não conceder ou burlar. É nessa perspectiva que o espaço vai sendo conquistado dia a dia, centímetro a centímetro.

Segundo Santos e Santos (2012), apesar da influência europeia, o Serviço Social brasileiro só teve ascensão a partir de 1945, em decorrência de uma necessidade de aprimorar o capitalismo no Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial.

A primeira instituição brasileira nesse âmbito foi o Centro de Estudos Sociais e Ação Social (CEAS) de São Paulo, inspirado no método de ensino da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. O objetivo era a formação técnica da ação social, bem como, da doutrina social da Igreja (ALBERNAZ & SILVA, 2009).

No Brasil, como também, em toda a América Latina, o trabalho do assistente social, enquanto profissão recebeu significativa influência dos Estados Unidos, adotando suas teorias estrutural-funcionalistas e metodologias interventivas. As ações eram desprovidas de análise acerca da realidade *lato sensu*, sem questionamentos sobre os contrastes sociais, sendo o indivíduo o único responsável pela sua situação social (ANDRADE, 2008).

Com o intuito de realizar trabalho assistencial em presídios masculinos, foi criado em 1940, em São Paulo, o Instituto de Serviço Social de São Paulo, que concedia bolsas gratuitas, fomentadas pelo Estado. Além de desenvolver um acompanhamento com os presidiários, a proposta foi estendida às instituições de internação e correção de menores (ALBERNAZ & SILVA, 2009).

O Serviço Social brasileiro, na década de 1950, passou a adotar postura conservadora, inspirada no ideal positivista, apresentando caráter manipulador e instrumental. Dessa forma, o capitalismo se fortalecia e a profissão tornava-se mais burocrática e técnica. Com isso, surgiu a necessidade de repensar as práticas e buscar redirecionamento, com o intuito de se adequar ao sistema vigente que passava a implementar políticas sociais (ANDRADE et al., 2014).

Os anos 60 e 70 foram importantíssimos para o Serviço Social brasileiro, pois compreende o processo de renovação da profissão, rompendo com o conservadorismo. É nesse período que o Serviço Social deixa a tendência religiosa e adota postura laica. As mudanças acarretaram uma aproximação com as Ciências Sociais e os movimentos denominados de esquerda (BATISTA, 2013).

Vale destacar que o fato da instituição Serviço Social ter adotado caráter laico, seguindo teorias, não implica que os seus agentes deverão agir desprezando na totalidade as

suas convicções pertinentes ao seu processo cultural. Sobre essa discussão, Simões comenta que:

O fato de a prática profissional obedecer a ordenamentos legais e o ensino estar fundamentado em teorias, como o marxismo e a psicanálise, não impede que conteúdos valóricos, oriundos da raiz social dos profissionais, ou de sua predominância de gênero ou ainda de marcas religiosas, não estejam a ela agregados, quando a maioria dos profissionais detém tal perfil. A ausência de estudos e de análise sistemática sobre a prática assistencial dificulta o reconhecimento da importância que o perfil social dos profissionais tem, para a definição e caracterização da prática assistencial (SIMÕES, 2005, p. 15-16).

O momento político que vive um Estado gera reflexos em todas as suas instituições, sendo responsáveis pelo surgimento de movimentos sociais, composições de músicas, produções de livros e demais manifestações populares. O Brasil entre 1964 e 1985 vivenciou um regime bastante rígido, o que culminou com a estagnação das produções teóricas no âmbito social, onde a censura silenciava a todos. Nesse contexto, Yazbek (2009, p. 148-149) explica:

Sem dúvida, as ditaduras que tiveram vigência no continente deixaram suas marcas nas ciências sociais e na profissão, depois de avançar em uma produção crítica nos anos 60/70 (nos países onde isso foi permitido) é obrigada a longo silêncio.

O momento de silêncio foi fundamental para que emergisse um período de reflexão crítica acerca das questões teóricas e práticas que permeiam a atuação profissional. O resultado de tal manifestação foi o “movimento de reconceituação” da profissão, fato que culminou com o desenvolvimento de estratégias amparadas em três vertentes. A primeira vertente é a modernizadora que se fundamenta na produção de conhecimento e intervenção profissional; a segunda vertente fala da fenomenologia, priorizando concepções de pessoas e comunidade, estabelecendo diálogo e transformação social dos indivíduos; a terceira vertente é a marxista, baseada na consciência e sociedade de classes (ANDRADE et al, 2014).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que as coisas começam a retomar o rumo. A democracia passa a vigorar e os direitos sociais ganham muita força. É a Constituição Cidadã que veio a garantir um Estado com mais oportunidades. O capítulo 6º foi dedicado aos Direitos Sociais, mas a essência da Constituição é toda pautada na dignidade da



pessoa humana, o seu princípio basilar. Discutindo a previsão dos Direitos Sociais, Mattos (2002, p. 36) enfatiza:

Nas questões sociais, a nova Constituição promoveu alguns avanços em relação às anteriores. Foi regulamentado o direito de greve, exceto para os militares. A lei 7.783/89 regulamenta, definindo procedimentos a serem seguidos, as greves nas chamadas atividades essenciais, que sofrem algumas restrições. Os sindicatos podem ser criados, independentemente da licença do poder público, e não podem sofrer intervenções governamentais. Os sindicatos têm a liberdade de se filiar às centrais sindicais nacionais, o que também era proibido durante os governos militares.

O advento da Constituição de 1988 trouxe mais esperança ao povo brasileiro no tocante aos direitos de cidadania. Estão discriminados no seu artigo 6º quais são os direitos sociais nos quais o Estado deverá prover. São eles: “a educação, a saúde, o trabalho, moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988).

As ações assistenciais passaram a englobar um complexo que compreende seguridade social, direitos à saúde e à previdência social. A assistência deve ser prestada tanto aos que contribuem direto e efetivamente quanto aos que o fazem de forma indireta ou não contribuem. O art. 203 da Constituição Federal deixa claro que a cobertura será total. Os objetivos são:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

Trata-se de uma Constituição programática de conteúdo muito rico e belo, no entanto, a simples edição de uma lei não garante a sua efetividade. Cabe à sociedade como um todo, com o auxílio dos assistentes sociais, lutar pela aplicabilidade da sua legislação. O fruto do sangue e suor de muitos não pode ficar preso nos códigos.

A década de 1990 foi muito fértil na regulamentação de políticas públicas, tendo em vista a aprovação de várias leis, a exemplo da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Lei n. 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), Lei n. 8.142/1990 (Sistema Único de Saúde), a Lei n. 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). A última desta relação vem a regulamentar a organização da assistência social com base nos arts. 203 e 204 da Constituição Federal de 1988. A lei possui 42 artigos e trata de vários assuntos ligados ao exercício da profissão, destacando-se os seus princípios e diretrizes, à forma de organização e gestão das ações, às competências das esferas de governo, ao caráter e composição das instâncias deliberativas, à instituição e competências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), às competências do órgão nacional gestor da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), ao conceito de benefícios, serviços, programas e projetos, ao financiamento da política (CARVALHO, 2008).

Mesmo com muitas conquistas, estabelecidas em lei, na década de 90, os assistentes sociais se deparam com um enfraquecimento das políticas sociais, uma vez que tais concessões estão subordinadas ao sistema vigente. As políticas são segregacionistas, a atuação profissional passa a reviver a filantropia. É notório o enfraquecimento dos movimentos sociais e o fortalecimento do capitalismo. Nessa perspectiva, o Serviço Social objetiva fortalecer suas concepções teóricas, investindo intensamente na produção acadêmica, obtendo frutos, a exemplo da defesa do Código de Ética profissional e do projeto-ético-político da profissão, pautando-se sempre nos princípios de liberdade, justiça e equidade social (ANDRADE et al., 2014).

A sociedade contemporânea passa por uma crise terrível, pois a atual conjuntura capitalista, seguindo o seu instinto explorador da natureza e detentor de riquezas, vem utilizando todas as ferramentas disponíveis para sua perpetuação. Não importa quais instituições serão atingidas, pois o ponto central é a proliferação do capital. Avaliando a sociedade atual, Tonet (2012, p. 30) faz lúcida explanação acerca dos impactos decorrentes das inovações tecnológicas implantadas na contemporaneidade ao dizer:

A introdução crescente de novas e avançadas tecnologias levou aquelas determinações normais do processo capitalista a um nível sem precedentes. Em consequência, todo o processo produtivo sofreu e continua a sofrer uma enorme e profunda reestruturação. Como resultados, temos o aumento do desemprego, porém agora de uma forma avassaladora e irreversível; a precarização do trabalho; a corrosão dos direitos trabalhistas e sociais; a ampliação do trabalho informal; o processo de mercantilização das empresas

e serviços públicos; uma produção cada vez mais destrutiva, ou seja, obrigada a tornar os bens cada vez mais rapidamente obsoletos; uma competição cada vez mais violenta entre as empresas e entre os Estados nacionais; a submissão mais direta dos Estados aos interesses do capital e inúmeros outros fenômenos.

Bastos (2013) é ciente dos desafios que os assistentes sociais estão enfrentando na atualidade, pois a manutenção das conquistas pertinentes ao processo de renovação é uma estratégia de sobrevivência da profissão. A base teórica é um elemento a ser fortalecido no âmbito da assistência social, mas isso não é tarefa fácil, tendo vista, a realidade social que é tendenciosa ao individualismo e imediatismo. É nesse momento que o projeto ético político será basilar na luta pelos direitos.

É mergulhado nesse mar de sequelas geradas pelo processo de produção capitalista, que o assistente social, possuidor de formação técnica e humana, deverá desenvolver sua intervenção, deixando de ser apenas um agente estatal de aplicação das políticas públicas, para inovar, mostrar autonomia e imprimir a sua marca na sociedade que padece perante um gigante insaciável. Parece um discurso utópico, mas é indubitável que a partir de iniciativas de pequenos grupos, é possível contagiar e desencadear uma revolução.

### **3 A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, CAMPUS DE SOUSA-PB**

No capítulo antecedente abordou-se separadamente Religião e Serviço Social, na perspectiva de compreendê-los individualmente, para depois, traçar um perfil onde possivelmente se relacionem. Cumprida essa etapa, chegou o momento de conhecer a influência da religiosidade no Serviço Social, pois a ligação que estabeleceram por muitos anos, constitui forte indício de que ainda está presente, determinando o agir de muitos profissionais e a escolha dos ingressantes no curso de graduação em Serviço Social.

O último ponto elencado acima é bastante carente de estudos acadêmicos, o que motivou a escolha pelo trabalho empírico, pela sua originalidade e contribuição nesse âmbito. Portanto, é objetivo deste capítulo, a análise da influência religiosa no ingresso do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, especificamente, no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS). A fundamentação dos argumentos defendidos a partir de então é oriunda da pesquisa de campo com os alunos e literatura específica.

Caracterizar o Serviço Social é bastante complexo, tendo em vista que o seu objeto de estudo, possui relacionamento com princípios decorrentes da religiosidade, portanto, a definição do seu foco principal de intervenção gera muitas controvérsias e indefinições na prática assistencialista enquanto uma profissão institucionalizada. Nas palavras de Simões (2005, p. 43): “Esse é o terreno propício para que valores e concepções religiosas continuem a coabitar o universo profissional”. Portanto, percebe-se que a falta de definição da identidade do Serviço Social ao ser referido como ramo do conhecimento sistematizado, possibilita que os preceitos religiosos continuem interligados. Cabe ressaltar também, que como esses valores são normalmente aceitos por grande parte da sociedade, mesmo aqueles não integrantes de denominações religiosas, os reconhecem. Pode-se pensar em compreendê-los separadamente, mas tornam-se estranhos, caso sejam extirpados das ações sociais.

### 3.1 OS VALORES RELIGIOSOS E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Abrindo a discussão, Aquino expõe dados científicos que atestam expressiva participação de assistentes sociais em denominações religiosas, o que demonstra que a secularização enfrentou resistências ao longo dos tempos, culminando com a permanência de laços religiosos, mesmo que em menor grau.

A religiosidade ou participação efetiva em uma religião continua muito forte entre os profissionais de Serviço Social (76%), revelando dentre outras coisas resistências à onda de secularização e indiferença religiosa (como ocorre em países da Europa e Ásia) e, também, às ligações da profissão com o materialismo dialético, tendencialmente ateu. Embora 67,65% dos profissionais se declarem católicos, observa-se que a distribuição por religiões ou seitas acompanha o sentido de diversificação religiosa da sociedade geral (AQUINO, 2007, p. 62).

A verificação e os debates sobre a influência religiosa na motivação de escolha profissional ocorrem há várias décadas. De acordo com a produção literária pertinente, desde 1970 registram-se observações nesse sentido, sejam elas pelo método científico ou não. Os dados dão conta de uma relação intrínseca entre Religião e Serviço Social. Mesmo diante de um processo histórico de evolução das instituições do Gigante Estatal, características tradicionais se manifestaram como um gene dominante (SIMÕES NETO, 2005).

Desvencilhar-se de características tão marcantes no cotidiano social não é um fato fácil de ser comprovado, pois mesmo religião e cultura sendo institutos diferentes, é por meio do segundo que o primeiro se propaga. Desta feita, não dá para crer que tais princípios foram extraídos em sua totalidade.

Essa linha de pensamento conduz muitos a propor que tais valores são decisivos no momento de escolher um curso de graduação, principalmente, quando se trata de ramo do conhecimento com foco de estudo centrado na sociedade. Para continuar esse raciocínio, Aquino (2007) retorna, comentando que de certa maneira a escolha do curso ou pelo menos, a concepção sobre o mesmo, possui raízes históricas.

A hipótese inicial de que a escolha e/ou a visão acerca do curso estaria de algum modo vinculada a representações sociais advindas de heranças remanescentes das concepções teóricas e ideológicas ligadas à história da profissão tende a ser confirmada. Ressalta-se, porém, que não são transposições lineares, idênticas ou monolíticas. Na verdade, há forte recorrência (por vezes num mesmo discurso) da mescla dos elementos das diferentes correntes teóricas e concepções ideológicas, por vezes contrárias entre si (AQUINO, 2007, p. 72).

Percebe-se que apesar de muitos trabalhos suscitarem a alegada relação íntima e determinante, há carência de produções científicas que demonstrem elementos suficientes para atestar, sem deixar dúvidas, a hipótese em questão. Concluir que há convergência de características não prova que o vestibulando opta por Serviço Social sob influência da religião. São poucas as pesquisas que apresentam resultados concretizando tal fato. Pedro Simões integra esse pequeno grupo ao publicar um livro que expõe dados sobre essa temática.

Para Simões (2005) os valores são fundamentais na escolha de uma profissão, não importando o tipo, pois todos conduzirão à formação de concepções determinantes no momento de escolher o futuro profissional. Os sentimentos empregados na escolha e atuação são munidos de grande carga valorativa. No entanto, o autor alerta para uma mudança de paradigma quanto aos ambientes modernos, notadamente por causa de questões pertinentes ao utilitarismo e a instrumentalidade.

[...] as ações tradicionais, afetivas ou baseadas em valores se subordinam à racionalidade instrumental. Isto significa que, em espaços como mercado e Estado, afeto, tradição e valores não se manifestarão na forma romântica ou tradicionalista, mas obedecerão aos imperativos do utilitarismo e da instrumentalidade (SIMÕES, 2005, p. 156).

Percebe-se desta feita, a tentativa de estabelecer uma atitude mais racional, de caráter tendente ao objetivismo, em oposição ao subjetivismo, fruto do tradicionalismo. Surge da necessidade de criar um padrão de atendimento, pautado na previsibilidade das ações. Porém, cabe atentar que o Serviço Social integra o rol de cursos das Ciências Humanas, ou seja, ciência que estuda aspectos do ser humano em sociedade, cada qual com as suas peculiaridades. Ideias que tentam universalizar determinadas ações precisam ser bem avaliadas, tendo em vista, muitas vezes não abarcar todas as demandas necessárias.

Duas correntes de pensamento antagônicas podem entrar nessa discussão, trata-se do universalismo e relativismo cultural. Como adequar tais propostas a uma sociedade de

complexidade imensurável? No universalismo objetiva-se aplicar uma fórmula para todos, desconsiderando as diferenças, pois se trata de um direito natural, que visa à isonomia. Já o relativismo, entende o ser humano mediante a sua integração social, onde é moldado de acordo com as suas interações. Essa visão de mundo leva em consideração a multiculturalidade. Imagine o Brasil, com sua população composta por pessoas das mais variadas culturas. Essa realidade dificulta muito no momento de traçar metas que consigam englobar tantas culturas. Esse discurso também não deve ser invocado para justificar a inércia.

Os valores éticos e morais são intrínsecos à espécie humana, porém não são uniformes e se alteram com a evolução social. Mesmo diante de tais transformações, cabe ressaltar que alguns princípios norteadores prevalecem imutáveis em toda a história. São eles que servem de pressupostos para guiar as atividades em sociedade.

Em sua dimensão teórica, a ética se distingue do saber científico pela sua natureza filosófica, que lhe fornece um caráter crítico, dotado de juízos de valor. A reflexão ética nos convida a indagar sobre o que é bom, justo, legítimo em relação às ações humanas; no campo da pesquisa, essa pergunta afirma a necessidade de explicitação dos valores e princípios que orientam as normas e deliberações sobre a pesquisa nos diferentes campos da ciência. Em uma perspectiva de análise histórica, os valores e princípios adquirem significados diferentes, que variam de acordo com a direção social, ética e política objetivadas através da ação prática dos homens, em cada contexto histórico. Sendo assim, as perguntas de valor e suas respostas são produtos históricos de determinadas circunstâncias sociais (BARROCO, 2005, p. 03).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social se insere num contexto histórico iniciado efetivamente a partir da década de 1970 com desfecho positivo na década seguinte. Trata-se de uma construção que bateu de frente com o modelo conservador que ainda reinava na época. Essa dialética entre postura conservadora e inovadora culminou com a criação, em 1986, do Código de Ética do Serviço Social, instrumento que traz as diretrizes de direitos e deveres desses profissionais. É um marco na história da assistência social no Brasil.

A dimensão ética da profissão, no período que antecede a ruptura, tem sua centralidade afirmada nas Escolas de Serviço Social. Através das disciplinas de filosofia e ética, são reproduzidos os princípios éticos buscados na filosofia tomista, no positivismo e no pensamento conservador (PEREIRA, 2013, p. 05).

O Código de Ética do Assistente Social foi regulamentado em 1993 através da Resolução nº 273 que fixa bases para atuação do profissional do Serviço Social. Acerca desta conquista, Pereira destaca:

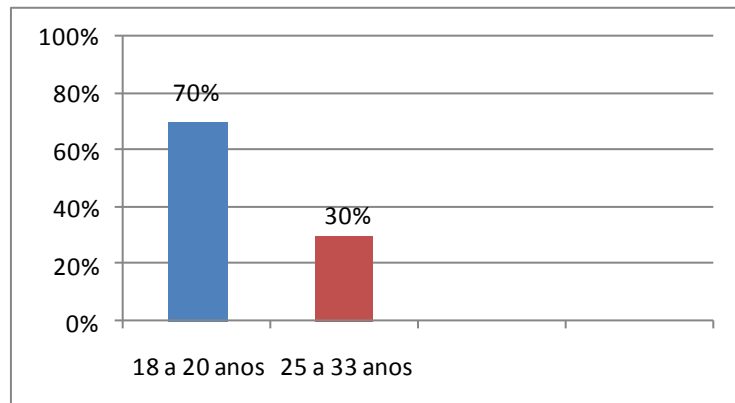
O Código de Ética de 1993 representou a expressão formal da ruptura com o conservadorismo no campo da ética. Em 2013 o Código de Ética dos/das Assistentes Sociais comemora vinte anos de aprovação, no entanto percebemos que ainda existem inúmeros desafios para que sejam materializados seus princípios no âmbito acadêmico e profissional. Deste modo, se faz necessário analisar os princípios que norteiam este código que mudou o rumo da profissão. O primeiro princípio remete ao “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas e ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” – significa, compreender a liberdade para além da concepção burguesa individualizada, se vincula intimamente as ideias de autonomia, emancipação e plena realização dos sujeitos individuais e coletivos. No entanto, sabemos que esse projeto de realização da liberdade é um desafio, à medida que vai de encontro com a dinâmica social capitalista, que impulsiona as pessoas ao individualismo e a competitividade como forma de autonomia (PEREIRA, 2013, p. 07).

Esse código é uma grande realização, pois criou direitos e obrigações, norteando e exigindo uma postura correta dos assistentes. Surgiu como fruto da ruptura com o conservadorismo, tornando-se um instrumento para promoção da justiça social.

### 3.2 PERFIL DOS DISCENTES PESQUISADOS

Propositadamente foram selecionados 50% de alunos do sexo masculino e 50% do sexo feminino, no intuito de concentrar um percentual equânime no gênero, pois é comum em Serviço Social encontrar um número de mulheres bastante acentuado. Todos os acadêmicos entrevistados pertencem ao 2º período, turno manhã, numa faixa etária em que 70% possuem entre 18 e 20 anos. O restante do percentual engloba aqueles com 25 a 33 anos.



**Gráfico 01 – Faixa etária dos participantes da pesquisa**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

A heterogeneidade alcançada no quesito sexo dos participantes abre possibilidades interessantes porque surge a oportunidade de ouvir um público que normalmente não é bem explorado em estudos, ou seja, os homens. Isso se deve porque o Serviço Social é um curso com demanda feminina quase absoluta.

Outro dado importante diz respeito à idade deles, pois parte expressiva é muito jovem, fase em que as dúvidas e decisões geram diversos conflitos, numa busca de identidade, no qual eles realizam muitas descobertas. As concepções podem mudar no decorrer do percurso acadêmico, o que implica dizer que a ideia inicial acerca do objeto de estudo do curso poderá sofrer alterações conforme o amadurecimento do aluno.

### 3.3 A VOZ DOS DISCENTES: a religiosidade em questão

As perguntas específicas da pesquisa surgiram a partir do 6º questionamento, onde se procurou identificar o motivo da escolha pelo curso de graduação em Serviço Social. Realmente, trata-se de um questionamento direto que poderia fornecer subsídios para de imediato verificar a influência religiosa nessa decisão. No entanto, não foi o que aconteceu.

As respostas não demonstraram uma ligação direta, mas sim, interesses que carregam valores implícitos emanados da religiosidade, como a necessidade de interagir amigavelmente com o semelhante e lutar pela justiça social. Além desse viés, verificou-se também que o próprio curso, pela sua postura de preparar o profissional para enfrentar a questão social, desafiando realidades estereotipadas e os assistentes sociais, exercem forte poder persuasivo, servindo de referência. Apenas um afirmou que a motivação partiu do seu interesse por concurso público, onde o curso seria um meio para esse fim.

Os resultados da pesquisa até então não fornecem condições favoráveis para um posicionamento acerca de uma confirmação ou refutação da hipótese que defende a influência religiosa como determinante na escolha do curso de graduação em Serviço Social. Os vestígios se aproximam mais da negativa, porém ainda é cedo para conclusões. Contrariando esses dados, Simões entende que a identidade do curso com os valores religiosos constitui forte motivo para a escolha da profissão, independente do fundamento religioso. O autor complementa enfatizando:

A idéia de fazer o bem, de ajuda ao próximo, da busca da justiça social, o ideal do “bom samaritano”, são elementos repetidamente trazidos por aqueles que escolhem o serviço social. Os assistentes sociais ascendem social e educacionalmente assim como têm justificativas de valor para o ingresso nessa mesma mobilidade (SIMÕES, 2007, p. 176-177).

Agora, voltando aos dados da pesquisa empírica, objetivando a fidelidade do conteúdo fornecido pelos participantes, o quadro 01 abaixo reproduz literalmente as falas deles.

#### **Quadro 01 – Motivo para a escolha do curso de graduação em Serviço Social**

<b>Participante da pesquisa</b>	<b>Resposta à pergunta nº 06</b>
Participante 01	“As práticas sociais; o contato com os usuários”.
Participante 02	“A dimensão social do curso”.
Participante 03	“Uma professora de bastante influência me falou sobre o curso”.

Participante 04	“Curso visando em concurso público”
Participante 05	“Ver a sociedade como ela realmente é, ver como o Serviço Social atua, com que frequência, na sociedade tanto a curiosidade que motivou como a admiração dos profissionais nesta área”.
Participante 06	“A possibilidade de conviver com diferentes realidades”.
Participante 07	“A luta pelas classes operárias”.
Participante 08	“Por gostar da área de Ciências Humanas”.
Participante 09	“A observação de práticas profissionais de alguns conhecidos”.
Participante 10	“Sempre me interessei pelo curso pelo fato de principalmente estar lidando com as pessoas, já que tudo que envolve interação me encanta”.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Pelo exposto, não há um discurso que explicita um fator religioso como guia na escolha do curso. Apenas sentimentos de interesse pela questão social, interação com a sociedade e pela luta por justiça social, se destacaram, o que demonstra uma postura com princípios de solidariedade e promoção de uma sociedade mais justa, na qual cada ser possa ter condições mínimas para uma vida digna. Corroborando com esta pesquisa, ao falar sobre outro estudo, Canda e Furnan (1999) *apud* Simões Neto (2005), comentam que pode-se identificar três princípios que guiam os ingressantes nos cursos e nas práticas de assistência, o aspecto mandato para o serviço, o desejo interior de promoção de justiça social e objetivando a auto-realização.

Na sequência do questionário, indagou-se no tocante ao objetivo deles enquanto profissionais de assistência social. Exercer a profissão com responsabilidade, ética profissional, desenvolvendo políticas que visam a promoção de uma intervenção eficaz, eficiente e estabilidade profissional traduzem a essência das pretensões dos participantes. Com exceção do último quesito (estabilidade profissional), percebe-se que esses futuros assistentes sociais possuem uma visão centrada em ações transformadoras da realidade social, buscando zelar pelos interesses da coletividade, prestando um serviço que além de cumprir

com uma obrigação, traga satisfação pessoal. Nesse entendimento, eles passam de meros executores para protagonistas de mudanças sociais, de caráter positivo.

Segundo Simões Neto (2005), dados estatísticos dão conta de que no Brasil, 92,5% dos assistentes sociais possuem algum tipo de cultura religiosa (formados entre 1960 a 2001), embora esteja havendo queda desse percentual gradativamente. Seguindo essa discussão, quando os participantes da pesquisa foram perguntados se pertenciam a alguma denominação religiosa, 90% disseram que sim e 10%, não. A Igreja Católica apresentou o maior percentual, seguida pelos evangélicos, budistas e não adeptos. Um católico observou ser simpatizante do espiritismo. O quadro 02 define os percentuais para cada caso.

#### **Quadro 02 – Identidade religiosa dos participantes**

<b>Denominação religiosa</b>	<b>Percentual (%)</b>
Católicos	60 %
Evangélicos	20 %
Budistas	10 %
Não adeptos	10 %
-	<b>Total:</b> 100 %

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

É um número bastante expressivo de estudantes que estão ligados à religião, no entanto, trata-se de um fenômeno social comum, tendo em vista, que em termos gerais, independente de cursar graduação ou não, as pessoas receberam algum tipo de educação religiosa que determinou o grau de pertencimento às mais variadas denominações. Analisando dados de uma pesquisa, Simões Neto (2005) percebeu que assistentes sociais brasileiros, em termos, quase hegemônicos, receberam instrução religiosa na infância e mocidade. As informações atestam também que as diferenças no tocante à importância dos valores e conhecimentos religiosos no âmbito profissional podem ser determinadas pelo modo de introdução ao qual foram submetidos.

Embora os números desta pesquisa tenham apontado que 90% dos participantes professam alguma fé, apenas 70% são assíduos às celebrações nas respectivas instituições.

Proporcionalmente, os evangélicos são os que demonstram maior frequência aos cultos (100% responderam que frequentam a igreja com regularidade). A assiduidade dos católicos corresponde a 83,3%. Budistas e não adeptos assinalaram pela irregularidade aos eventos religiosos. A distorção evidencia uma figura presente na sociedade que muito se assemelha aos não adeptos, mas não podemos confundir com ateu. Os participantes da pesquisa que informaram não ser membro de religião ou não frequentam regularmente a igreja, são pessoas que creem na existência de um Deus, apenas estão distanciadas do templo.

No quesito em que se buscou a origem de uma possível influência na cultura religiosa deles, 70% foram enfáticos ao assinalarem e comentarem que a família exerceu esse papel. Para 30% não houve influência, o que conflita com os dados que atesta 90% de pessoas ligadas a algum tipo de religião. Sendo assim, como é possível alguém aderir a determinada denominação religiosa sem sofrer algum tipo de incentivo? É um questionamento que requer outro estudo. Por outro lado, transcrevendo as respostas dos que afirmaram positivamente, obteve-se o seguinte:

### **Quadro 03 – Fonte de influência religiosa**

<b>Participante da pesquisa</b>	<b>Fonte de influência</b>
Participante 02	“Família”
Participante 04	“Familiares”
Participante 05	“Minha família”
Participante 06	“Minha família”
Participante 07	“Minha avó”
Participante 09	“Primas”
Participante 10	“Minha família”

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Está confirmado por meio dos depoimentos acima que a família exerce um poder disseminador de cultura relevantíssimo, contribuindo decisivamente no processo de formação dos integrantes do núcleo familiar. São valores construídos e transmitidos ao longo de gerações, que mesmo diante das transformações sociais, consegue preservar as suas raízes. De

acordo com Simões Neto (2005, p. 85), “a religião era um importante elemento de socialização e um importante código de conduta a ser transmitido aos descendentes”. Não é genética, mas tais valores são hereditariamente vinculados ao agir de muitos integrantes dos diversos segmentos da sociedade.

Aprofundando os questionamentos, foi lançada uma pergunta direta, na qual o participante deveria responder se a escolha do curso está relacionada a convicções religiosas. A maioria disse que não. Traduzindo em números, 60% fizeram a escolha do curso por motivos alheios à religião. Apenas 40% confirmaram a assertiva de que realmente existe tal relação. As razões são as mais variadas, desde a caridade aos interesses particulares. O quadro 04 aponta as respostas de todos os participantes.

#### **Quadro 04 – Motivo para escolha do curso**

<b>Participante da pesquisa</b>	<b>Resposta objetiva</b>	<b>Resposta subjetiva</b>
Participante 01	Sim	“A caridade”.
Participante 02	Sim	“O curso ajudaria na minha atuação junto aos movimentos sociais que faço parte”.
Participante 03	Não	“Me tornar um grande profissional”.
Participante 04	Não	“Me profissionalizar”.
Participante 05	Não	“Meu interesse é fazer o papel de um bom assistente social, na escolha que eu fiz apesar de saber que tenho atuação religiosa na profissão, não foi por essa convicção que escolhi, foi mais por admirar o trabalho”.
Participante 06	Sim	“Intervir na realidade de modo a ser fiel aos princípios professados por mim”.
Participante 07	Não	“Meu interesse é me formar e poder exercer minha função

		dentro das prerrogativas e responsabilidade da profissão”.
Participante 08	Não	“Contribuir para um projeto ético-político em que vai diminuir as desigualdades e combater as formas de opressão e exploração”.
Participante 09	Não	O participante não respondeu esse quesito.
Participante 10	Sim	“Acredito que minha religião irá me auxiliar de forma positiva no meu futuro exercício profissional, porém tenho consciência de que nem sempre devo aplicá-la”.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Considerando a literalidade, menos da metade escolheu o curso por convicções religiosas. Essas respostas são dotadas de conteúdo eminentemente explícito, porém, observando as respostas dos participantes 05, 07 e 08, percebe-se mesmo que implicitamente, a presença de resquícios de sentimentos que se confundem com os princípios emanados da religiosidade. É nesse momento, que mesmo havendo a negativa, verifica-se uma ligação, pelo menos, indireta.

A observação e o contato com profissionais da área tem sido um estimulante considerável no que diz respeito à escolha da profissão. Participando dessa discussão, com base em dados de outra pesquisa, Simões Neto (2005, p. 92) assim se posiciona: “O modo mais recorrente, então, para a escolha da profissão está na auto-identificação entre a atividade desenvolvida pelos profissionais e as tendências vocacionais reconhecidas no momento da escolha do curso”.

Outro ponto interessante e que pode ser decisivo nessa problemática é a visão concernente ao curso, pois o vestibulando apresenta um conceito *a priori* que muitas vezes se modifica ao longo da jornada acadêmica. Tal fato se consolida, tendo em vista, estereótipos acerca da graduação em Serviço Social. Quando o conhecimento popular advindo da própria convicção do aluno ingressante se choca com a proposta científica oriunda do objeto do curso, ele passa a vivenciar uma transformação fundamental. Sobre esses problemas de identificação

dos verdadeiros valores a serem empregados e o que realmente é o objeto de ação do Serviço Social, Simões (2005, p. 155) leciona:

Um dos grandes dilemas vividos por estas profissões foi o de tornar ações afetivas e valóricas em ações tipicamente técnicas e instrumentais. Esta é a razão por que a história destas profissões registra uma constante tensão entre arte e ciência na ação profissional, ou a tensão entre a ética do compromisso e a ética da responsabilidade, resultando tudo isto em um claro descrédito à ação destes profissionais, pela indefinição de seus parâmetros “científicos”.

Analisando essa contribuição de Simões, fica evidente porque é tão comum encontrar acepções equivocadas por parte dos ingressantes na graduação. A pesquisa realizada no CCJS demonstra que cerca de 90% dos alunos participantes, ao compararem o perfil do curso, levando em consideração as concepções formuladas antes e após o ingresso, verificaram bastante divergência. Apenas 10% entenderam não haver mudança. As respostas a esse quesito foram bastante esclarecedoras. Assim eles se expressaram:

#### **Quadro 05 – Concepções dos estudantes antes e após o ingresso no curso**

<b>Participante da pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
Participante 01	“Entrei no curso acreditando nas práticas de caridade que a igreja prega; no entanto, aprende-se que a concepção marxista é o que rege a profissão”
Participante 02	“Antes do ingresso há uma visão assistencialista e caritativa do curso, porém na graduação essa visão está apenas no percurso histórico”
Participante 03	“Hoje tenho outra concepção do que seja o Serviço Social”
Participante 04	“Sim, tinha um pensamento diferente, hoje vejo grandeza na sua filosofia”
Participante 05	“Antes de entrar no curso eu tinha concepções diferentes, de apesar de conhecer a profissão, tinha ponto que eu não entendia bem, e atribuía conceitos que no decorrer do curso foi mudando”
Participante 06	“As contradições existentes entre ele, nos colocando numa



	correlação de forças”
Participante 07	“Porque eu sei diferenciar a universidade da igreja. Nem trago pensamentos da igreja para universidade e nem levo da universidade para igreja. Sei distinguir cada um”
Participante 08	“Sim, no entanto, separo minhas concepções moralistas para abarcar a totalidade social, política e econômica”
Participante 09	“Não tinha muita noção da parte técnica do Serviço Social e que vê a noção de totalidade”
Participante 10	“Inicialmente era visível para mim a ligação entre igreja, caridade e Serviço Social, o que vem sendo desconstruído no decorrer do curso”

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

De acordo com as informações acima, muitos pensavam que o curso apresentava um caráter assistencialista e caritativo sob forte influência religiosa. O detalhe é que mesmo muitos afirmando que a religião não influenciou na escolha do curso, havia consciência preliminar dessa ligação intrínseca. As evidências apontam, portanto, que essas características do Serviço Social *a priori* são bem visualizadas por eles, mesmo que não determine potencialmente a opção.

Cabe ressaltar também, as dimensões dessa tomada de consciência, pois os alunos que responderam aos questionamentos cursam o 2º período, sendo assim, as chances de modificação das ideias são iminentes.

Outro caminho percorrido nessa investigação científica foi a análise da influência da religião no fazer profissional do assistente social. Nessa questão, 60% disseram que há interferência, 40%, afirmam que não. É pertinente analisar esse aspecto também, pois buscou-se entender até que ponto a religiosidade pode estar presente e participando ativamente na vida dessas pessoas, notadamente porque não se restringe aos profissionais, mas se estende aos usuários de modo geral. Os aspectos elencados pelos participantes foram:

**Quadro 06 – Interferência da religiosidade no exercício profissional**

<b>Participante da pesquisa</b>	<b>Resposta* objetiva</b>	<b>Resposta subjetiva*</b>
Participante 01	Sim	“Na assistência as demandas, por parte de alguns profissionais plurais”
Participante 02	Não	“Creio que houve um avanço, os profissionais sabem separar, embora isso seja ainda muito complexo”
Participante 03	Não	O participante não respondeu subjetivamente a esse quesito
Participante 04	Sim	“Existe, percebo a forte influência enraizada na prática”
Participante 05	Não	“Não existe, pois a religião só teve influência no início da profissão, atualmente, não existe mais essa influência ao meu ver”
Participante 06	Sim	“A Igreja Católica como parte constitutiva do Serviço Social”
Participante 07	Sim	“Na questão filantrópica, no prazer de ajudar o próximo e de lutar pelos mais necessitados”
Participante 08	Não	O participante não respondeu subjetivamente a esse quesito
Participante 09	Sim	“Devido aos primeiros profissionais estarem ligados à Igreja Católica. Muitas das vezes é visto como caridade por pessoas sem informação”
Participante 10	Sim	“Acredito que dependendo da religião que cada assistente social prega, pode influenciar sim o seu desempenho, que poderá ir de acordo com suas crenças”

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

\*A resposta objetiva compreende a parte da questão que solicita uma afirmativa ou negativa; a resposta subjetiva solicita uma justificativa.

Alguns comentários evidenciaram a influência pela base história e características do Serviço Social na sua gênese. Entende-se que não ficou sedimentado se a relação é benéfica ou prejudicial. É outro ponto que merece destaque para uma pesquisa futura.

Enquanto o participante 05 demonstra bastante convicção acerca da não existência dessa influência, o número 02 compreende não haver, mas ressalva que tal distinção seja uma tarefa bem difícil. Talvez isso ocorra porque Serviço Social e Religião apresentem algumas características em comum, que muitas vezes se confundem.

Concluindo a série, buscou-se saber da ocorrência de questionamento por parte de professores acerca do vínculo dos alunos com algum tipo de religião. Apenas 10% foram positivos, cerca de 90% disseram não para a ocorrência. É pertinente lembrar que 60% afirmaram no quesito anterior que a religião influenciaria na prática do assistente social. Sendo assim, no CCJS essa interferência é mínima. O participante 03 afirma ter sido questionado pela sua fé no budismo. Entre os que responderam sim, apenas 04 especificaram o acontecimento. São eles:

#### **Quadro 07 – Questionamento de professores sobre a religiosidade dos alunos**

<b>Participante da pesquisa</b>	<b>Resposta</b>
Participante 04	“Professores sempre ponderados sobre essa discussão”
Participante 05	“Até o momento não fui questionado pela religião que pratico, até porque os professores respeitaram e aceitaram o pluralismo em algumas partes da profissão”
Participante 08	“Não, pois minhas concepções não podem vincular-se à minha prática profissional, devendo respeitar os usuários. Exemplo: Em meus valores morais sou contra o aborto, entretanto, olhando as situações socioeconômicas de algumas mulheres, não posso condená-las, pois o contexto talvez proporcione essa prática”

Participante 10	“Os professores acolheram a minha e as demais religiões, explicando apenas a relação ou influência que elas têm com o Serviço Social, sem questionar ou discriminar alguém”
-----------------	---

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

A postura dos professores demonstra um nível de conscientização bastante elevado, pois eles conseguem atuar de forma que as suas convicções religiosas não colidem com as dos seus alunos. Com isso, percebe-se que os princípios éticos da profissão são aplicados efetivamente, evitando-se subjetivismos que podem gerar conflitos.

Conseguir atuar distinguindo concepções pessoais dos objetivos da profissão é um grande desafio, tendo em vista que cada ser carrega valores, pensamentos e interesses que muitas vezes são utilizados no agir de cada profissional, criando relatividade e subjetivismo, o que torna a prática sem identidade. Esse problema deve ser enfrentado através da criação de diretrizes curriculares e código de ético profissional, pois dessa forma, as ações ganham uma direção. Mesmo assim, nada obsta que cada ser, dentro dos limites normativos, atue influenciado pelas suas convicções.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de todo esse arcabouço foi possível detectar alguns pontos que merecem destaque nesta seção do trabalho. Nesse sentido verificou-se que:

O Serviço Social surgiu por meio de iniciativa da Igreja Católica ao recrutar mulheres para ações voluntárias e de caridade. Durante vários anos, essa foi a perspectiva assistencial, porém gradativamente outras visões e ferramentas foram sendo incorporadas até a sua institucionalização. Pensou-se que com a secularização, com a instrumentalização, ocorresse o total rompimento entre o trabalho desse profissional com a religiosidade, no entanto, entende-se que não foi o que houve.

Os valores éticos e morais precedem todo o agir humano, sendo assim, mesmo com o surgimento de normas, com a criação de procedimentos padrão, cada profissional aplicará tais técnicas imbuídos de uma carga valorativa muito forte, pois os seres humanos além de biológicos, são culturais, o que implica dizer que atuam conforme os seus princípios.

Entre os participantes da pesquisa, a religiosidade motivou menos da metade na escolha da graduação em Serviço Social. Foi notório que mesmo não sendo determinantes em todos os casos, os princípios religiosos influenciam um agir mais centrado na justiça social, no interesse de contribuir com o desenvolvimento social. Sendo assim, identifica-se a presença da cultura religiosa no pensamento dos alunos, mesmo que de maneira implícita.

A cultura religiosa tem a família como principal impulsionadora, iniciando desde a infância. Esse fato evidencia que a personalidade dos indivíduos vai sendo modelada com fundamentos religiosos que certamente influenciam nas suas tomadas de decisões.

Mesmo 90% dos participantes da pesquisa pertencendo a algum tipo de religião, essa condição foi determinante na escolha do curso para apenas cerca de 40% deles. Talvez ocorra essa motivação de maneira mais expressiva em outros cursos e universidades, mas no CCJS não se demonstrou preponderante.

Verificou-se que os professores da instituição trabalham respeitando a diversidade religiosa. Sendo assim, mesmo que eles professem determinada fé, esse fato não gera conflitos com outros de religião diferente, pois há tolerância em face da diversidade de aceções dessa natureza.

Entende-se que o tema necessita ser mais discutido, inclusive com realização de estudos empíricos, objetivando buscar mais dados que propiciem conhecer melhor essa

relação entre Religião e Serviço Social que ocorre há vários anos. É um debate bastante instigante e essencial.

## REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Ana Cristina Nascimento Peres; SILVA, Valéria Gonçalves da Costa. Assistente Social: um profissional a serviço dos direitos, da cidadania e da justiça social. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 166-175, 2009.

ALVES, Luciano. **Ética e voluntariado no Serviço Social**. São Paulo: PUC-SP, 2010. Disponível em:<[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=11825](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11825)>. Acesso: 10 Fev. 2015.

ALVES, Rubem. **O que é Religião**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDER EGG, Ezequiel. **Del ajuste a la Transformación**: Apuntes para una Historia del Trabajo Social. Buenos Aires: Ecro, 1975.

ANDRADE, Amanda dos Santos de et al. **O percurso histórico do Serviço Social**. 2014. Disponível em:< [http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/ed06/artigo\\_10.pdf](http://fgh.escoladenegocios.info/revistaalumni/artigos/ed06/artigo_10.pdf)>. Acesso: 06 Fev. 2015.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. **O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961**. 2008. Disponível em:< <http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewPDFInterstitial/13/78>>. Acesso: 02 Dez.2014.

AQUINO, Marcos Fernandes. **Por que Serviço Social?** Uma análise de algumas concepções que influenciam a escolha da profissão na contemporaneidade. Brasília: UNB, 2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Considerações sobre a ética na pesquisa a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social**. São Paulo: PUC-SP, 2005.

BASTOS, Amanda Suelen Ferreira. A renovação do Serviço Social e vigência na contemporaneidade. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano VI, n. 8, Set. 2013. ISSN – 1983-1285.

BATISTA, Déborah Barrêto. **Religião e Políticas Sociais**: (proto) formas para significação do serviço social. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 20 a 23 de 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. **A Assistência Social no Brasil: da Caridade ao Direito**. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2008.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos.

FEHLBERG, Maria da Penha Almeida. **Serviço Social: Influências religiosas, constituição da profissão e desafios atuais**. São Leopoldo: EST, 2009. Disponível em:<[http://tede.est.edu.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=157](http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=157)>. Acesso: 05 Fev. 2015.

FIRMO, João Luiz. Movimentos religiosos e ideológicos: alienação e consciência humana. **Ciberteologia Revista de Teologia & Cultura**, São Paulo, ano 5, n.25, 2009. Disponível em:<<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/index.php/notas/movimentosreligiosose-ideologicos-alienacao-e-consciencia-humana/>>. Acesso em: 29 de Nov. 2014.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao Serviço Social**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1959.

GONÇALVES, Sérgio Campos. Os fundamentos religiosos da pequena propriedade no pensamento católico: uma perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano I, n. 2, 2008. ISSN 1983-2850.

HOUTART, François. **Mercado e religião**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social- Ensaios críticos**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 16. ed. – São Paulo: Cortez; [Lima, Peru], CELATS, 2004.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia e Religião**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 18 volumes: Volume XI/1.



LÖWY, M. **Ética católica e o espírito do capitalismo**: o capítulo da sociologia da religião de Max Weber que não foi escrito. Petrópolis: Vozes, 1998. V. 92, nº01, p.86-100.

MACHADO, Jaqueline Fernanda. **Serviço Social e Religião**: a prática profissional do Serviço Social nas entidades de procedência religiosa do município de Toledo-PR. Toledo: UEOPR, 2007. Disponível em:< [http://cac-ph.php.unioeste.br/cursos/toledo/servico\\_social/arquivos/2007\\_jaqueline\\_fernanda\\_machado.pdf](http://cac-ph.php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/arquivos/2007_jaqueline_fernanda_machado.pdf) >. Acesso: 17 Jan. 2015.

MARÇAL, Rosana Beatriz Getúlio; GETÚLIO, Valquíria Aparecida. Os avanços e desafios do Serviço Social na contemporaneidade e a importância da instrumentalidade no exercício da prática profissional. **Rev. Triang.: Ens. Pesq. Ext.** Uberaba, n. esp. Dez., p. 75-87, 2011.

MATTOS, Alexandre Magalhães de. **As Constituições Brasileiras e sua Contextualização Histórica**. Rio de Janeiro: ES, 2002. Disponível em:< [http://www.smithedantas.com.br/texto/const\\_br.pdf](http://www.smithedantas.com.br/texto/const_br.pdf) >. Acesso: 20 Dez. 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Danillo Rangell Pinheiro. **Concepções da história na Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica -1971-1989**. Feira de Santana: UEFS, 2013.

PLETSCH, Rosane. **Da caridade Cristã a Assistência social** - contribuições da Teologia e do Feminismo à Cidadania. São Leopoldo: EST/PPG, 2004.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. **A Questão Religiosa no Trabalho do Assistente Social**: fragmentos de uma investigação na atualidade. Niteroi: UFF, 2012.

RIBEIRO, Josenilda Oliveira. **Sincretismo Religioso no Brasil**: uma análise histórica das transformações no catolicismo, evangelismo, candomblé e espiritismo. Recife: UFPE, 2012.

SANTOS, José Ozildo dos; SANTOS, Rosélia Maria de Sousa dos. O serviço social no Brasil e sua evolução histórica. **Revista Brasileira de Filosofia e História**, v. 1, n.1, p.01-05, jan.-dez. Pombal, 2012.

SANTOS, Carla Xavier dos. “Eu vos farei pescadores de homens”: os círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1945). **Revista Historiae**, Rio Grande do Sul, ano 1, n 3, 2010.

SILVA, Fabiana Cristina da et al. Apontamentos sobre a influência religiosa na escolha da profissão. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte: CRESS 6ª região, 2013.

SIMÕES, Pedro. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 27, pág. 175-192, 2007.

SIMÕES NETO, Pedro. **Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil / Inglaterra**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Valores Religiosos e Profissões. **Primavera**, n. 12, primeiro semestre, 2005.

\_\_\_\_\_. **A profissionalização do Serviço Social: debate internacional**. 2005. Disponível em:<  
[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3980&Itemid=319](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3980&Itemid=319)>. Acesso: 02 Fev. 2015.

TONET, Ivo. **Educação Contra o Capital**. 2. Ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Direitos e Competências Profissionais: Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social**. Brasília: In CFESS/ABEPSS, 2009.

**ANEXOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A INFLUÊNCIA DA RELIGIOSIDADE SOBRE ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS DE SOUSA-PB

### QUESTIONÁRIO

01- Participante: \_\_\_\_\_

02- Sexo: ( ) M ( ) F

03-Idade: \_\_\_\_\_

04- Em qual período está matriculado? ( ) 1º; ( ) 2º; ( ) 3º; ( ) 4º; ( ) 5º; ( ) 6º;  
( ) 7º; ( ) 8º

05- Turno: ( ) Manhã; ( ) Tarde ; ( ) Noite

06- O que te motivou a escolher o curso de graduação em Serviço Social?

---

---

07- Qual é o seu objetivo no que diz respeito ao exercício profissional como assistente social?

---

---

08- Você é integrante de alguma denominação religiosa? ( ) Sim ( ) Não. Caso a resposta seja positiva, qual é a igreja? \_\_\_\_\_

09- Frequenta a igreja regularmente? ( ) Sim ( ) Não

10-Recebeu influência religiosa de alguém? ( ) Sim ( ) Não. Caso a resposta seja positiva, quem foi a referência? \_\_\_\_\_

11- A escolha do seu curso está relacionada a convicções religiosas? ( ) Sim ( ) Não.

Qual é o seu interesse?

---

---

12- No tocante ao perfil do curso, fazendo uma comparação da sua concepção de antes e após o ingresso na graduação, é possível estabelecer alguma divergência? ( ) Sim ( ) Não.

Especifique

---

---

---

13- Na sua concepção, a religião exerce algum tipo de influência sobre a prática profissional do assistente social? ( ) Sim ( ) Não. Em qual aspecto?

---

---

---

14-Você se sentiu questionado por algum professor pelo seu vínculo com alguma religião?

( ) Sim ( ) Não. Especificar.

---

---

---

---